

Maria Luiza de Freitas Ribeiro

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
IPORÁ GOIÁS.**

Monografia submetida á faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás como requisito para a finalização do curso de Licenciatura em Educação Física Orientada pela Professora Dr. Ana Paula Salles da Silva. E pelo co- Orientador Professor Dr. Vicente Dalla Dea.

Iporá - GO.

2013

Maria Luiza de Freitas Ribeiro

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
IPORÁ GOIÁS.**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final, em Goiânia 14 de Dezembro de 2013. Pelos professores da Universidade Federal de Goiás.

Prof. Dr. (a):

Ana Paula Salles da Silva (Orientador e presidente da banca)

Prof. Dr. (a):

Lana Cristina de Araujo Afonso (Examinador)

Prof. Dr. :

Rodrigo Roncato Marques Anes (Examinador)



DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus que tanto me fortaleceu.

A minha família e familiares pela paciência, fé, apoio, amor e confiança depositados em mim.

Aos meus amigos que me apoiaram incondicionalmente.

E a todos os meus Tutores, Professores, e Orientadores pelo carinho e dedicação com que se dispusera a me ensinar durante toda trajetória acadêmica na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as Secretarias de Educação Estadual e Municipal da cidade de Iporá Goiás pelo consentimento do estudo e pesquisa que seria realizado nas Escolas da cidade. Todos os Diretores, Professores e Funcionários das escolas que visitei para fazer a pesquisa de campo que fez parte do corpo deste trabalho, pois abriram a porta de suas escolas á pesquisa e a Mim. Por olharem com sensibilidade e darem relevância a este trabalho, pela sede de melhoria na estrutura Física e Arquitetônica de suas escolas, bem como á melhoria da Educação Inclusiva. Agradeço principalmente pela preocupação das Unidades Escolares com a melhoria da acessibilidade aos espaços reservados e destinados para realização das aulas de Educação Física. Agradeço a todos que de alguma forma diretamente ou indiretamente me ajudaram na realização e concretização deste trabalho.



Independentemente do *locus* das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação.

(EDLER CARVALHO, 2006, p.128).

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar se as escolas municipais e estaduais da cidade de Iporá - GO se enquadram nas normas da ABNT (NBR 90/50, 2004). Se as escolas estão preparadas para acolher e manter alunos com deficiência física de forma autônoma, respeitando seus limites e possibilidades para que estes possam participar de tudo que a escola oferece, sem nenhum tipo de delimitação, barreira ou constrangimento. Caracteriza-se como estudo de caso. Foi realizada uma visita técnica para verificação das instalações e condições das mesmas para ver se enquadravam dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) de acordo com a NBR 90/50, com entrega de questionários aos Diretores das escolas e aferição dos espaços físicos e mobiliários pautada por roteiro técnico previamente estruturado e de acordo com as normas da ABNT. Foram visitadas 8 escolas sendo 4 estaduais e 4 municipais incluindo nas municipais um centro de ensino especializado para pessoas com deficiência o CAEE pois atende a alunos da rede Municipal, atende também as necessidades da rede estadual através de um convênio, devido á carência do município no que se refere á inclusão e ensino especializado ele se faz necessário e importante pois atende e dá assistência a todas as escolas da regional de Iporá- GO, centrais incluindo as escolas rurais que também fizeram parte da investigação deste trabalho. Os resultados obtidos com a pesquisa confirmaram que não há acessibilidade nas escolas públicas da cidade de Iporá apenas algumas adaptações construídas de qualquer jeito na tentativa de atender as ocasionalidades da inclusão, em nenhuma das escolas pesquisadas se encontrou a devida acessibilidade arquitetônica da qual dependem e precisam as pessoas com deficiência física e infelizmente nesse triste quadro entra os espaços destinados às aulas de educação física. A conclusão deste trabalho deixa claro que ainda há muito a ser feito pelas escolas Iporaenses no quesito inclusão de pessoas com deficiência física e acessibilidade arquitetônica na Escola e nas aulas de educação física. Os problemas podem ser resolvidos e os espaços físicos das escolas melhorados por meio da observação, análise e reflexão da realidade, por que, quando se admite falhas e erros há esperança de uma ação para que melhorias aconteçam e o direito de todos á educação seja deveras respeitado.

Palavras-chave: Acessibilidade Arquitetônica, Escola, Educação Física.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1.
1.1	Problema.....	3.
1.2	OBJETIVOS.....	3.
1.2.1	Objetivo Geral.....	3.
1.2.2	Objetivos Específicos.....	4.
1.3	Justificativa.....	4.
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	5.
2.1	Acessibilidade.....	5.
2.2	Acessibilidade na escola.....	8.
2.3	Acessibilidade para pessoas com deficiência física.....	12.
3	METODOLOGIA.....	15.
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17.
5	CONCLUSÕES.....	36.
6	REFERÊNCIAS.....	38.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a inclusão através da acessibilidade na escola, sua história e evolução, seu surgimento no mundo e sua trajetória no Brasil, leis referentes ao direito à acessibilidade bem como os princípios de inclusão nas escolas públicas. Tem como finalidade tecer discussões a cerca da importância da acessibilidade no processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência física, muitas injustiças presenciadas e vivenciadas pela própria história confirmam a necessidade deste estudo ser realizado dentro das escolas.

A acessibilidade é definida como possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

Para pessoas sem deficiência física as barreiras arquitetônicas muitas vezes passam despercebidas, mas para aqueles que realmente precisam da acessibilidade como pessoas cadeirantes a arquitetura das escolas se tornam injusta, exclusivas e até discriminatórias por negar a essas pessoas a possibilidade de usufruir deste espaço. Muitas vezes em decorrência disso é difícil ver uma pessoa com deficiência física na escola, seja aluno, professor, pais, funcionários da escola e até mesmo participantes da comunidade.

A primeira coisa que vem a mente de todos é que não existem pessoas com deficiência física precisando desse espaço, que são minoria e por isso as escolas não investem a fundo em equipamentos, adaptações, acessibilidade e na própria inclusão, quando na verdade o que acontece é o contrário, existem muitas pessoas que precisam dessa acessibilidade e adaptações arquitetônicas na escola e não encontram por isso se mantém longe, por falta de oportunidade de serem incluídas no espaço escolar.

Mantoan (1997) deixa bem claro que a inclusão não deve deixar ninguém de fora, principalmente nas escolas, pois é ali que devem ser consideradas e defendidas as necessidades e garantia de acesso de todos à escola.

A meta primordial da inclusão é de não deixar ninguém no exterior do ensino regular desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. (MONTANO, 1997, p. 145 b).

Sasaki (1998) deixa bem claro que a inclusão só pode se dar a partir da organização das escolas para receber alunos com deficiência oportunizando assim condições necessárias para uma educação de qualidade através da sua própria organização, pois, as leis inclusivas defendem não só o direito a um espaço arquitetonicamente planejado defende também o direito de todos os alunos estarem juntos sem nenhum tipo de discriminação, isso tem refletido positivamente no crescimento da inclusão nas escolas.

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SASSAKI, 1998, p.09-17).

A justificativa maior com o porquê de este trabalho ser de pesquisa (*in loco*) é identificar a real necessidade de mudanças arquitetônicas nas escolas da cidade de Iporá – GO para que pessoas com deficiência física possam estudar sem nenhum tipo de barreira e fazer valer seu direito incondicional á educação e ao ensino nas escolas públicas estaduais e municipais da cidade.

É absurdo sim que estas barreiras ainda existam nos tempos modernos, mas a identificação das barreiras arquitetônicas pode promover ações de adaptação corretas que tornem as escolas acessíveis não só a pessoas com deficiência física, mas a todos que necessitem dela, como gestantes, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, etc.

Acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados, entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais. (MANZINI et al., 2003).

Hoje a inclusão se faz imprescindível em todos os lugares não só na escola, a falta de acessibilidade muitas vezes se torna uma barreira para que esta inclusão ocorra de forma correta, à inclusão não diz respeito somente sobre pessoas com deficiência, ela está ligada a todas as pessoas que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade.

Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários (BITTENCOURT et al., 2004). Partindo desse pressuposto que resolvi fazer a pesquisa nas escolas da cidade de Iporá – GO. A maior preocupação com a regularização da acessibilidade arquitetônica nas escolas da cidade de Iporá - GO é que a cidade empobrecida é localizada no interior de Goiás, muitas vezes marginalizada e deixada de lado pelos Governos Públicos, fico indignada em pensar que temos tantas Políticas Públicas que tangem a Inclusão nas escolas e ninguém interessado de fato e verdade em conhecê-las e de colocá-las em prática. A cidade e as escolas Iporaenses seriam outra se o povo colocasse a boca no trombone e começasse a cobrar melhorias na inclusão dentro da própria cidade nos plenários e câmaras municipal quanto estadual, muitas lutas e batalhas seriam travadas sim, mas o ganho por mais sutil que fosse teria grande valor para as pessoas que anseiam tal inclusão.

1.1 PROBLEMA

As escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Iporá - GO são acessíveis para pessoas com deficiência física?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar a acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física nas escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Iporá - GO.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os acessos de entrada as escolas, as salas de aulas;
- Aferir as medidas de acessibilidade nos banheiros da escola;
- Averiguar a acessibilidade nos espaços de circulação e convívio das escolas;
- Verificar a acessibilidade nas salas de aula e nos espaços de aula da educação física.

1.3 Justificativa

- É um direito de todos ter acesso á educação, principalmente à educação inclusiva;
- A identificação de barreiras arquitetônicas pode promover ações de adaptação que tornem as escolas acessíveis a todos tornando assim as escolas inclusivas.

O delineamento deste trabalho vai da fundamentação teórica passa pela prática e chega ás reflexões a cerca das questões que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência física na escola, bem como a importância e a necessidade de garantir seus direitos no que seja inerente á acessibilidade. Vários conceitos de deficiência física serão abordados, mas o foco da pesquisa na escola é o da pessoa cadeirante, bem como a apresentação das principais leis que envolvem diretamente ou indiretamente o direito á inclusão e a devida acessibilidade incluindo e fundamentada nesse caso pela norma NBR 9050 da Associação de Normas Técnicas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Acessibilidade

No Brasil, a palavra acessibilidade costuma ser associada apenas a questões físicas e arquitetônicas, mas este vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. Segundo Romeu Kazumi Sasaki (2006) consultor em inclusão e reabilitação no Brasil o termo "acessibilidade" começou a ser utilizado recentemente.

A sociedade atravessou diversas fases em relação às práticas sociais voltadas para as pessoas com deficiência. Iniciou-se praticando a exclusão social de pessoas com deficiência, por causa das condições diferenciadas, fazendo com que lhes parecesse não fazer parte da maioria do povo. Logo depois, a sociedade criou o atendimento segregado no interior das instituições, em seguida passou a praticar a integração social, adotando posteriormente a inclusão social, que é a filosofia em desenvolvimento nos dias atuais, para transformar os sistemas sociais gerais.

Obviamente, essas etapas não aconteceram ao mesmo tempo para todos os seguimentos populacionais, ainda hoje encontramos a exclusão e a segregação em prática nos diversos grupos sociais vulneráveis. Por outro lado, vemos a mudança da tradicional integração sendo substituída, gradativamente, pela prática da inclusão. (SASSAKI, 2009, p. 9).

Baseando no trabalho de Romeu Kazumi Sasaki (2006) faremos uma viagem histórica uma resumida retrospectiva a cerca dos acontecimentos que permearam a inclusão de pessoas com deficiência na história até chegarmos aos dias atuais.

Historicamente, a origem do uso do termo inclusão para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está segundo este autor, no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.

Na década de 50, com a prática da reintegração de adultos reabilitados, ocorrida na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constatavam que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. Surgia assim a fase da integração, que duraria cerca de 40 anos até ser substituída gradativamente pela fase da inclusão.

Na década de 60, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc.

Na década de 70, graças ao surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo

(que aconteceu na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA), aumentaram a preocupação e os debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a operacionalização das soluções idealizadas.

Na década de 80, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), o segmento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (desenho acessível).

Pelo desenho adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já pelo desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. (SASSAKI, 2006).

Tanto no desenho adaptável como no acessível, o beneficiado específico é a pessoa com deficiência. Na segunda metade da década de 80, surgiu o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração. Na década de 90, começou a ficar cada vez claro que a acessibilidade deverá seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. E, com o advento da fase da inclusão, hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. A acessibilidade nos dias de hoje está diretamente ligada ao problema das barreiras arquitetônicas, que impedem de diversas formas o acesso físico a diversos locais. (SASSAKI, 2011)

A acessibilidade não é definida só para pessoas com algum tipo de deficiência, mas sim um problema coletivo para pessoas como eu e você, pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência temporária, mulheres com gravidez de risco, pessoas cardíacas, obesas, pessoas que utilizam cadeiras de rodas, bengalas ou muletas, entre outras que vivenciam no seu cotidiano obstáculos ou barreiras que os impedem de ir e vir. (Constituição, 1988).

É definida pela Lei n.10.098, 2000 como “qualquer entrave/obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”, e podem ser classificadas em “arquitetônicas urbanísticas” as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público, “arquitetônicas na edificação” as existentes no interior dos edifícios públicos e privados, “arquitetônicas nos transportes” as existentes nos meios de transportes e “barreiras nas comunicações” qualquer entrave/obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão, o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação. (BRASIL, 2005, p 240).

Legislação que regulamenta a educação para pessoas com deficiência no Brasil:

- Constituição Federal de 1988 - Educação Especial;
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN;
- Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial;
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial;
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 8859/94 – Estágio;
- Lei nº 10.098/94 - Acessibilidade;
- Lei nº 10.436/02 - Libras;
- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência;
- Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 - Passe Livre;
- Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 – FUNDEF;
- Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência;
- Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental;
- Plano Nacional de Educação - Educação Especial.

Vamos nos ater neste trabalho às “Barreiras Arquitetônicas” nas edificações públicas, no caso às escolas na cidade de Iporá - GO, barreiras arquitetônicas são centímetros intransponíveis para pessoas com deficiência física, acarretando inúmeras dificuldades e que por menor que seja o obstáculo, impede-os de ir e vir com liberdade nas suas escolhas.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 90/50 2004, tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetro técnicos a serem observados quando um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos a condições de acessibilidade.

A NBR90/50 2004 define a acessibilidade como: a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. E define acessível como: espaço, edificações, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

2.2 Acessibilidade na escola

A Constituição Federal descreve expressamente o direito à igualdade no Artigo 5º, e trata, nos Artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205) e elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, inc. I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

Na Coletânea da Legislação sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência (2005) encontramos a seguinte fala:

A proteção das pessoas com deficiência passou a integrar as normas constitucionais brasileiras apenas recentemente, na Constituição Federal de 1988. O artigo 208, III, da Constituição Brasileira determina o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial, que tradicionalmente abriga as pessoas com deficiência, condutas típicas (psicoses, hiperatividade, etc.) e super dotação, segue também os pressupostos formulados pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. o 9.394, de 20/12/1996) e é acolhida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses instrumentos devem ser utilizados tanto pela criança com necessidades educacionais especiais, como por todos os alunos.

Portanto, o aluno com Deficiência Física deve ser tratado como os outros alunos, pois a deficiência é uma de suas características que o faz tão diferente quanto os demais alunos.

Improvisação ou cautela? Será que profissional/professor de Educação Física tem conhecimento e entendimento do termo acessibilidade e sua relação com a importância da inclusão? De maneira geral, as pessoas em sua maioria não convivem com pessoas com deficiência física.

Sendo assim, as soluções que deve haver para a questão, é mostrar em atos de integração, socialização e inclusão para que a pessoa com deficiência física se desenvolva dentro da normalidade do cotidiano habitual que a vida e a escola simplesmente a oferece.

Antes de conhecer as adaptações cabíveis em relação à escola e à prática da educação física, é importante conhecer as limitações resultantes de cada tipo de deficiência, de forma a perceber as necessidades específicas do aluno e atendê-las corretamente, devendo então saber mais sobre eles para atingir o objetivo das aulas no decorrer do ano principalmente o que se refere à educação física, pois o trabalho biomecânico nessas aulas é mais intenso. O professor deve estar atento a tudo que aquela pessoa com deficiência física precisa para participar ativamente das aulas de educação física, afinal não é de integração que estamos discutindo neste trabalho é de inclusão.

Segundo Mantoan (2003) no contexto da integração a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. Já a inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação regular, mas também o próprio conceito de integração, que prevê a modificação dos alunos em relação às escolas regulares. Assim, a inclusão questiona a inserção dos alunos sem exceção, com deficiência ou não, nas escolas regulares de forma radical, completa e sistemática.

Para Rodrigues (2001) a Escola Universal foi criada para dar educação básica a todos e à quais todos deveriam ter acesso. A escola pública tradicional desenvolveu práticas e valores que progressivamente contribuíram para acentuar as diferenças entre os alunos e que colocaram precocemente fora da corrida da aquisição de competência largos estratos da população escolar.

Assim, o insucesso escolar, o abandono da escola, os problemas de disciplina, a rigidez dos currículos, entre outros, fizeram com que a escola que deveria integrar e acolher todos se tornasse um instrumento de seleção que, em muitos casos, acentua as diferenças culturais e de características e capacidades pessoais dos alunos eram deficientes.

A acessibilidade em todos os níveis é indispensável à inclusão de todas as pessoas na sociedade. Devemos contar com as formas adequadas de pesquisa e divulgação sobre os conceitos de inclusão, acessibilidade e deficiência física como importantes aliadas neste processo.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, é uma determinação prevista na Constituição de 1988 e na LDBEN Lei n. 9.934/96 que apresenta em seu histórico a necessidade de estabelecer diretrizes e metas para a educação, documento como Declaração Mundial de

Educação para Todos em 1990, assegura o acesso e a permanência de todos na escola, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos devem estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo Junto, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que ‘as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras’. (BRASIL, 1994, p.330).

É um absurdo! Porém o que mais acontece hoje em dia é a falta de comunicação e boa vontade entre as secretarias de governo e consequentes iniciativas desarticuladas isso ocasiona perda de tempo, de verba e de qualidade referentes à implantação da acessibilidade na escola, infelizmente essa é uma questão recorrente, de difícil solução no panorama brasileiro, mas não é impossível.

Há que se estruturar uma política integrada de acessibilidade entre os diversos setores governamentais, uma vez que, para considerarmos determinada escola como inclusiva, precisamos que não somente sua edificação, mas também seu entorno, material pedagógico, professores capacitados, transporte, adequações arquitetônicas e a forma de se chegar a ela sejam adequados.

Uma das causas do desconhecimento por parte dos profissionais do ensino regular e gestores, quanto aos equipamentos e tecnologias necessárias para facilitar a inclusão de alunos com deficiência, se dá por conta destes alunos virem sendo tratados à parte, em instituições especiais de ensino. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

O aluno da educação inclusiva é aquele que por apresentar necessidades diferentes dos

demais alunos no domínio da aprendizagem requer recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos. Inserir esses alunos no ensino regular garante o direito à educação, isso sim é o que chamamos de inclusão, ou seja, é acolher estes indivíduos e oferecer às pessoas com deficiência oportunidades educacionais, nas mesmas condições acessíveis aos outros.

A educação inclusiva tem se organizado para atender específica e exclusivamente alunos com deficiências tem sido uma das áreas que tem desenvolvido estudos científicos para melhor atender estas pessoas. A educação regular passou a se ocupar também do atendimento a essas pessoas, o que inclui pessoas com deficiência na Escola.

Educação inclusiva segundo Sasaki (1997) é um processo no qual se amplia a participação de todas as pessoas com deficiência na educação. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos como um direito de todos.

À medida que estes usuários estejam por toda parte, suas necessidades serão reconhecidas e incorporadas às demais questões nas escolas e em outros ambientes. Com a prática da educação inclusiva, a demanda por acessibilidade será deflagrada até se tornar inquestionável na Escola.

Dischinger et al (2004, p.28) apontaram que a avaliação das condições de acessibilidade é indispensável para o provimento de melhorias nas escolas que já foram construídas sem levar em consideração os princípios da inclusão e do desenho universal. Por isso estudar as escolas públicas do interior onde poucos trabalhos de pesquisa são desenvolvidos e os recursos são escassos é tão importante por que, estes resultados podem trazer benefícios não só as escolas Iporenses que é foco deste trabalho, mas a todas as escolas do interior do Brasil.

Trabalhos como este que estamos apresentando aqui foram realizados principalmente em escolas de grandes cidades, porém temos muitas cidades no interior que precisam ser estudadas e analisadas para que programas governamentais como o da secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade e inclusão cheguem até elas, pois este programa em específico dá a oportunidade das escolas que realmente precisam condições de acessibilidade ao ambiente físico aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Todas as pessoas têm os mesmos direitos à educação sem nenhuma restrição, seja ela moradora de uma cidade em uma capital, de uma cidade do interior ou até mesmo da zona rural, o direito à educação é irrevogável e de todas as pessoas com deficiência física ou não.

2.3 Acessibilidade para pessoas com deficiência física

No decreto nº 3.298 de 1999, da legislação brasileira encontra-se o conceito de deficiência física:

Art. 4ª – Deficiência Física – alteração completa ou parcial e uma ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentado sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, p.23)

Pessoa com deficiência física é o indivíduo que apresenta comprometimento da capacidade motora, nos padrões considerados normais para a espécie humana, pode ser definido como uma desvantagem, pois resulta de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho motor de uma determinada.

Uma das definições de deficiência física, refere-se a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Tipos de deficiência física:

- Paraplegia: Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
- Paraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
- Monoplegia: Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).

- Monoparesia: Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).
- Tetraplegia: Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
- Tetraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
- Triplegia: Perda total das funções motoras em três membros.
- Triparesia: Perda parcial das funções motoras em três membros.
- Hemiplegia: Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
- Hemiparesia: Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
- Amputação: Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
- Paralisia cerebral: Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
- Ostomia: Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação das fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia, ostoma intestinal, urostomia, desvio urinário).

Várias podem ser as causas da deficiência física sejam elas: pré- natais como problemas durante a gestação, perinatais ocasionadas por problemas respiratórios na hora do nascimento, pós-natais tais como: parada cardíaca, infecção hospitalar, doenças infectocontagiosa, traumatismo ocasionado por queda forte, todos nos estamos sujeitos a elas independente de credo, cor, e filosofia de vida, assim melhor esclarecido:

- Paralisia Cerebral: por prematuridade; anóxia perinatal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose; trauma de parto; subnutrição; outras.
- Hemiplegias: por acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor cerebral e outras.
- Lesão medular: por ferimento por arma de fogo; ferimento por arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas. Traumatismos diretos; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos e outros.
- Amputações: causas vasculares; traumas; malformações congênitas; causas metabólicas e outras.
- Febre reumática – doença grave que pode afetar o coração;
- Câncer;
- Miastenias graves (consistem num grave enfraquecimento muscular sem atrofia). (BRASIL, 2006, p.22).
-

A pessoa com deficiência geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades, mas, nada a impede de ter este atendimento especializado e frequentar normalmente à escola, o que é direito deve ser também um dever e outra esta pessoa pode ter este atendimento em um contra turno. Atendimento especializado e escolas andam de mãos dadas uma complementando a outra, se esta pessoa fica impedida de ter algum desses atendimentos fica drasticamente prejudicado, pois a educação e o conhecimento de si mesmo são imprescindíveis para qualquer ser humano.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizará como estudo de caso. Thomas & Nelson (2002, p.280) afirmam que “seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas”.

Esse procedimento é confirmado por Cervo e Bervian (2002, p. 66 - 68) que dizem que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”.

Lakatos e Marconi (2001) definem como pesquisa de campo “a observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”.

Fizeram parte do estudo e da pesquisa 8 escolas 4 estaduais e 4 municipais da cidade de Iporá- GO, incluindo nas municipais um centro de atendimento educacional especializado o (CAAE), que possuíam ou não alunos com deficiência física matriculados nas mesmas.

A escolha das escolas não foi aleatória, as 4 escolas estaduais e as 4 escolas municipais abrangem todo território da cidade de Iporá, alcançando até mesmo alunos da zona rural, abrangendo o ensino fundamental, ensino médio ate mesmo a educação para jovens e adultos, bem como o ensino especializado.

Atendendo a pessoas de todas as classes sociais, todas as idades e ciclos de ensino. Partindo da Zona central para as periféricas, uma a uma escolhida e pesquisada com o propósito de averiguação de acessibilidade arquitetônica nas mesmas, pois, também nestas unidades de ensino há um fluxo maior de alunos matriculados com algum tipo de deficiência, e como estamos colocando em foco a acessibilidade arquitetônica presumiu-se que haveria um maior número de pessoas com deficiência física nestas unidades escolares e a importância da pesquisa para estas pessoas seria de grande importância e urgência, para que a pesquisa não se tornasse inapta para estas escolas, pois o objetivo maior é ajudar as escolas a identificar qualquer que seja a barreira para que esta seja removida e a inclusão de pessoas com deficiência física seja uma realidade nestas unidades escolares.

Nas 08 Escolas foi entregue um questionário, com perguntas abertas, ao gestor/a responsável por cada escola, bem como foi feita uma aferição na estrutura física das escolas através de um modelo de roteiro técnico pautado nas normas legais e vigentes da ABNT 90/50 que dá base as normas de acessibilidade em prédios e mobiliários públicos para identificação de irregularidades na estrutura arquitetônica das escolas pesquisadas.

Os encaminhamentos para a realização geral do estudo seguiu as etapas descritas abaixo:

- a) Encaminhou-se à Secretaria Municipal e Estadual de Educação um ofício solicitando autorização para a realização deste estudo e pesquisa nas escolas;
- b) Solicitou-se à Secretaria Municipal e Estadual de Educação a relação das 4 Escolas Municipais e das 4 Escolas Estaduais autorizadas por ela para a realização da pesquisa;
- c) Entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto à direção das escolas;
- d) Apresentação junto à direção da escola dos instrumentos de pesquisa;
- e) Aplicação do questionário com os gestores responsáveis pelas escolas;
- f) Aferição e registro das informações das escolas de acordo com o roteiro técnico.

Buscando preservar as escolas pesquisadas não identifiquei os nomes das mesmas dentro deste trabalho, de forma que optei por diferenciá-las quando necessário por números durante a apresentação dos resultados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como a pesquisa escolhida para a elaboração deste trabalho foi uma pesquisa (*in loco*, os dados foram num primeiro momento quantificado e descritos na sua concordância com as normas de acessibilidade arquitetônica da ABNT, NBR 90/50 (2004), num segundo momento descreveu-se também a visão dos gestores das escolas sobre acessibilidade, associando-os aos dados apresentados no primeiro momento.

Entrada da Escola e Área de circulação

Questões observadas	Adequado	Não adequado	Não se aplica
Rampas de Acesso	3	5	-
Piso antiderrapante	0	8	-
Corrimãos.	3	2	3
Corredores.	8	-	-
Bebedouros.	1	7	-
Mesas dos refeitórios	-	-	8

Observou-se que das oito escolas pesquisadas e aferidas que em apenas três delas existem rampas de acesso adequadas e de acordo com as normas em vigor da ABNT, NBR 90/50 sendo estas as escolas 3, 7, 8, que apresentaram suas rampas dentro das normas de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física, pois, estes espaços não apresentavam nenhum tipo desnível fora das normas, estas são calculadas através de uma fórmula que se dá por $i = \frac{h}{c} \times 100$ - inclinação = h- altura do desnível x 100 % por c- comprimento da régua de nível.

As outras cinco escolas pesquisadas a 1, 2, 4,5, e a 6, apresentaram em suas rampas de acesso irregularidades, como, desníveis, largura inadequada, alto nível de inclinação tornando-as inacessíveis às pessoas com deficiência física por isso suas rampas são consideradas inadequadas fundamentada pelas normas de acessibilidade da ABNT NBR 90/50.

Infelizmente no quesito piso antiderrapante todas as 8 escolas deixaram a desejar pois nestas escolas não existe este tipo de piso, nem em suas dependências internas nem nas externas, ele simplesmente inexistente nestes locais de ensino.

Nas escolas pesquisadas encontramos apenas três que possuíam corrimão adequado que seguia a risca as normas de acessibilidade da ABNT, que é de apoio alto até 0,92 metros e apoio baixo de 0,70 metros de altura, são estas escolas as, 3, 4 e 5, pois a altura dos corrimãos batia em cheio com as vigências da norma, segundo estas averiguações e aferições, pessoas com deficiência física podem se apoiar nestes corrimões para terem uma travessia segura para/ou dentro das dependências destas escolas.

Já neste mesmo quesito de pesquisa detectou-se que duas escolas havia corrimão, mas estes eram inadequados por sua altura, tanto do apoio alto como no apoio baixo não se igualavam com as normas da ABNT, ou seja, em si tanto o corrimão da escola 2 quanto da escola 5 se encontraram inadequados á pessoas com deficiência física, por que suas aferições se encontravam muito abaixo do permitido pela NBR 90/50. O caso mais grave de corrimão encontrado foi nas escolas 1, 7 e 8, por que eles dentro destas instituições inexistem.

Ao menos um quesito da acessibilidade arquitetônica mostrou-se eficaz, nas 8 escolas aferidas averiguou-se que os corredores das mesmas são acessíveis e que se pode passar por estes até mesmo 2 pessoas cadeirantes ao mesmo tempo, ao menos em um quesito essas escolas estão de acordo com as normas vigentes da ABNT, por que segundo ela as medidas da largura dos corredores entre 1,50 metros e 1,80 metros estão de acordo com as exigências e dentro das normas de acessibilidade arquitetônica, todos os corredores das 8 escolas se encontram dentro deste padrão.

Nós seres humanos não conseguimos sobreviver sem um elemento importantíssimo para nossa saúde e bem estar à água, por isso, dentro desta pesquisa também se aferiu e averiguou os bebedouros das escolas. Em todas as 8 escolas observou-se a existência de algum tipo de bebedouro um diferente do outro, pois, este item não é obrigatoriamente padrão em nenhuma instituição pública de ensino.

Em sete escolas pesquisadas estes bebedouros se encontravam fora das normas de acessibilidade que fazem parte das aferições do mobiliário para pessoas com deficiência física, estas

são as escolas, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, em algumas delas o bebedouro se encontrava com a bica alta demais sendo que sua medida máxima segundo as normas da ABNT NBR 90/50 é de 0,90 metros de altura, outros, torneiras implantadas em frízeres, adaptados para fazerem o papel de bebedouro, outras com barreira no solo antes do bebedouro tornando a bica distante do mesmo, ineficaz para pessoas com deficiência física, mas este resultado já era esperado de bebedouros não adaptados.

Sim, em uma das escolas a 8 foi encontrado um bebedouro de acordo com as normas arquitetônicas e de mobiliários para pessoas com deficiência física, contudo quando este foi aferido, averiguou-se que a escola fez uma adaptação no solo para colocá-lo uma espécie de degrau para que este não ficasse no chão com medo de que o mesmo viesse a estragar, infelizmente esta ação até bem intencionada e de zelo pelo mobiliário o tornou inacessível á pessoas com deficiência física, pois sua bica de saída de água ficou muito alta acima do exigido pelas normas de acessibilidade da ABNT NBR 90/50, segundo a norma a altura desta bica não deveria exceder a medida de 0,90 metros de altura e a aferição deste se deu em 1.10 metros de altura por conta do degrau que a escola fez para colocá-lo. Em resumo nenhuma das 8 escolas possui bebedouro segundo as normas de acessibilidade e mobiliário vigentes pela ABNT NBR 90/50.

O normal a se pensar é que os alunos fazem suas refeições na escola em refeitórios, mas na cidade de Iporá- GO, as escolas públicas objeto de pesquisa deste estudo não possui refeitório em nenhuma delas, então o lanche é servido por conveniência em sala de aula e através de bandejas carregadas pelos próprios alunos, as mesas utilizadas para o lanche são as mesmas utilizadas para o estudo, então nas 8 escolas pesquisadas as mesas do refeitório não existem devido a inexistência do próprio refeitório nestas instituições de ensino.

Sala de Aula

Questões observadas	Adequado	Não adequado	Não se aplica
Largura das portas	7	1	-
Área de circulação entre as carteiras e o quadro/Lousa.	7	1	-
Área de circulação entre as carteiras	7	1	-
Altura do Quadro / Lousa	7	1	-
Altura dos Interruptores de energia elétrica	1	7	-
Carteiras Adaptadas	2	6	-

Neste momento o foco do estudo das escolas se volta para as salas de aula. Todas as 8 escolas públicas 4 municipais e 4 estaduais foram pesquisadas da mesma forma com o mesmo roteiro seguindo um mesmo padrão ditado pelas normas de acessibilidade da ABNT NBR 90/50.

Começaremos o estudo e aferição das salas de aula pelas portas de acesso á elas, das 8 escolas aferidas sete delas se encontram dentro das normas de acessibilidade da ABNT, as escolas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 estão dentro do limite de aferição de largura mínima das portas que é 0,80 metros, já a porta de acesso á sala de aula da escola 8 se encontra em largura menor que a exigida pela ABNT o que a torna inacessível a pessoa com eficiência física, exemplo disso é que uma pessoa cadeirante não passaria por esta porta, vejamos aqui o tamanho da importância das aferições desta pesquisa, centímetros podem se tornar uma barreira arquitetônica desastrosa para quem precisa de acesso á estas salas de aula.

Outro aspecto importante observado por este trabalho nas salas de aula das escolas pesquisadas é o da área de circulação entre as carteiras e o quadro/lousa, pois os alunos tendem a passar por ali para tomarem seus lugares em sala, e este espaço precisa ser adequado sem qualquer tipo de obstrução ou barreira por que, pode e muito dificultar a vida dos alunos cadeirantes ou não que transitam pela sala de aula constantemente durante o período das aulas.

Das 8 escolas pesquisadas constatou-se que em sete delas estes espaços/área de circulação entre as carteiras e o quadro/lousa são adequados pois excedem o espaço mínimo exigido pela norma de acessibilidade arquitetônica que é de 1,50 metros entre carteiras e quadro/lousa, são estas as escolas, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, a escola que não entra nas normas desta aferição é a escola 7 por que a área de circulação entre as carteiras e o quadro/lousa desta escola é inferior a 1,50 metros de distância, motivo este que se dá pelo tamanho das salas de aula e por sua largura, a escola é uma escola pequena e seus espaços internos muito estreitos o que foge ás normas de acessibilidade em muitos quesitos requeridos dentro deste trabalho.

No ponto pesquisado da área de circulação entre as carteiras dentro de sala de aula, o resultado foi parecido com o acima registrado, das 8 escolas pesquisadas e aferidas uma delas não esta dentro das normas de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física, a diferença é que as acessíveis neste ponto são as escolas, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, e a que não segue as normas da ABNT é a escola 1 por que, esta possui a área de circulação entre as carteiras menor que a permitida pela norma que é de 0,90 metros, possui este espaço de circulação com apenas 0,63 metros, dificultando o trajeto que os alunos com deficiência física tem de percorrer entre uma carteira e outra dentro da sala de aula por qualquer que seja o motivo.

Uma das coisas mais importantes das salas de aula sempre foi o quadro/lousa, pois, os professores o utilizam com muita frequência para passarem seus conteúdos específicos em cada matéria para os alunos, então este quesito não poderia passar em branco nesta pesquisa de acessibilidade arquitetônica na escola. No caso em todas as escolas o quadro/lousa foi medido da

borda inferior até o chão e sua altura máxima permitida pela norma de acessibilidade da ABNT NBR 90/50 é de 0,90 metros de altura, por que se passa dessa aferição de altura um professor cadeirante, por exemplo, não conseguiria alcançá-lo para poder passar seus conteúdos em sala de aula, dificultando o trabalho deste que é o de ensinar.

Das oito escolas pesquisadas apenas uma não se enquadra nesta medida de altura do quadro/lousa, fugindo à regra de acessibilidade arquitetônica das normas viventes pela ABNT NBR 90/50, que é a escola 1, que a altura do quadro/lousa chega a 1.03 metros de altura, já as demais escolas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, estão dentro das aferições exigidas pelas normas da ABNT e não ultrapassam a altura de 0,90 metros.

Ainda olhando para a sala de aula a pesquisa nos leva a perceber que estas possuem interruptores de energia e eles também merecem a atenção deste estudo devido à sua importância dentro da escola, pois no período noturno nas escolas estes interruptores precisam estar acessíveis e em bom funcionamento porque sem energia elétrica a sala de aula tem que ser interditada por falta de luz, interrompendo o bom funcionamento da mesma.

Das oito escolas pesquisadas e aferidas neste quesito apenas uma destas se encontra adequada com seus interruptores de energia elétrica numa altura acessível entre 0,60 metros e 1,00 metro de altura, que é a escola 8, as escolas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 se encontram com seus interruptores ou abaixo das aferições de altura dos interruptores de energia elétrica acessível ou uma altura acima do permitido pelas normas da ABNT 90/50, tornando-os inadequados para pessoas com deficiência física, e também transformado estes interruptores em mais uma barreira arquitetônica vivenciadas por estas escolas pesquisadas.

Ter carteiras adaptadas para pessoas com deficiência física na escola é um sonho de todas elas, principalmente às escolas que possuem alunos cadeirantes dentro de suas salas de aula. Mas esta realidade nas escolas ainda é um sonho por que de acordo com a pesquisa realizada nas escolas públicas estaduais e municipais Iporaenses apenas duas delas possuem carteiras adaptadas que são as escolas 4, e 8, porém estas carteiras não existem em todas as salas se o aluno precisa dela em uma sala ela é colocada lá, se este mesmo aluno cadeirante mudar de sala a mesa o acompanha por que o material é escasso e raro na escola. As escolas que não possuem a carteira adaptada são as escolas 1, 2, 3, 5, 6, 7, segundo os dados desta pesquisa não há alunos cadeirantes estudando nestas escolas talvez por isso elas não tenham ido atrás desta ferramenta educativa tão importante no caso, pessoas com deficiência física.

Banheiros

Questões observadas	Adequado	Não adequado	Não se aplica
Largura das Portas	5	3	-
Medida Interna dos Banheiros	1	7	-
Piso antiderrapante	-	-	8
Altura das Pias	5	3	-
Altura da Válvula	6	2	-
Altura do Vaso Sanitário	7	1	-
Altura da Bacia do Vaso Sanitário	7	1	-
Barras de segurança no Banheiro, lateral/ fundo	-	3	5

Os banheiros das escolas também foram alvo deste trabalho de pesquisa, pois somos seres fisiológicos e passamos mais tempo dentro da escola do que fora dela, então este espaço é usado constantemente pelos alunos então se faz necessário sua aferição e devida averiguação de acessibilidade para pessoas com deficiência física.

Assim como nas dependências da escola e nas salas de aula a entrada para os banheiro é de suma importância para os alunos, por isto foram aferidas as portas de entrada dos oito banheiros das escolas objeto desta pesquisa. Em 5 escolas as larguras das portas batiam com as normas da ABNT NBR 90/50 que é de no mínimo 0,80 metros de largura, as escolas onde estas medidas se adequaram foram as 1, 2, 4, 6, 7, já nas outras três escolas restantes estas aferições ficaram abaixo do mínimo exigido pela norma constatou-se que as portas dos banheiros das escolas 3, 5, 8 são inacessíveis e inadequadas para entrada de uma pessoa cadeirante.

Para se usar um banheiro na lógica precisamos entrar nele e este tem que nos comportar lá dentro, então as medidas deste também se tornam importantes para esta pesquisa, constatou-se que apenas uma escola possui banheiro com tamanho suficiente para atender as normas de acessibilidade da ABNT, a escola 3 possui uma largura interna com mais de 1,50 metros e comprimento maior que 1,50 metros que é o mínimo exigido pela norma, infelizmente as outras escolas apresentaram um espaço inferior a estas medições tornando assim inacessíveis a pessoas com deficiência física, são elas as escolas, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8.

Em todas as escolas foram apresentados banheiros, alguns ate com alguma adaptação, mas insuficientes para atender as normas e ás pessoas que precisam delas, nas 8 escolas nenhuma delas apresentou piso antiderrapante nos banheiros e muitas destas escolas oferecem o ensino de tempo integral onde as crianças passam o dia na escola e precisam de banho, é alarmante este quadro de negligência com as normas de acessibilidade na escola, alunos estão a todo tempo propensos a quedas dentro dos banheiros, pessoas com deficiência física ou não, estão expostos a algum tipo de acidente constantemente por não haver um simples piso antiderrapante.

Dentro dos banheiros os alunos usam as pias constantemente ainda mais no horário de recreio, e muitos alunos têm algum tipo de dificuldade em usar estas pias que deveriam ser de fácil acesso á todos os alunos, é obvio o porquê, elas nem sempre seguem as normas de acessibilidade, parece tão simples, mas os resultados aparecem e nos descortinam a verdade, em apenas cinco escolas a pesquisa detectou pias nos banheiros adequadas para os alunos com deficiência física, pois sua altura seguia a risca as normas da ABNT NBR 90/50 que não deve exceder a altura de 0,80 metros, as escolas 1, 3, 4, 5, 8, tem suas pias dentro das normas de acessibilidade.

Agora as outras três escolas 2, 6, 7 não se adéquam, os resultados obtidos com as aferições

ultrapassaram o limite de altura que é segundo as normas de acessibilidade de 0,80 metros de altura, transformando essas pias em obstáculos para pessoas com deficiência física, pois estes não conseguem alcançar a torneira para se higienizarem.

Outra preocupação eminente dos banheiros das escolas públicas pesquisadas são as válvulas de descarga, pois, estas são de suma importância para o bom funcionamento do banheiro nas escolas, em seis delas foi detectado que as válvulas seguem as normas de acessibilidade respeitando o limite de altura que é de 1,00 metros, são elas as escolas, 2, 3, 4, 6, 7 e 8, as escolas que não se adequam tem a aferição das válvulas acima desta medida e são as escolas 1 e 5.

Banheiro sem vaso não é banheiro e em todas as escolas eles foram aferidos de acordo com as normas da ABNT NBR 90/50, sua altura segundo as normas não devia exceder 0,46 metros, em sete escolas constatou-se que os vasos sanitários dos banheiros das mesmas eram adequados estas são as escolas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, a única escola que não se adequou foi a escola 5, com uma medida mais alta do vaso sanitário do que a permitida pela norma de acessibilidade arquitetônica pouca coisa mas sim 0,48 metros de altura por isto fora dos padrões acessíveis.

Todos os vasos sanitários possuíam bacias e estas foram aferidas de acordo com as vigências das normas de acessibilidade, resultado igual ao descrito acima em sete escolas elas se mostraram adequadas e segundo as normas e em apenas uma que se detectou uma bacia ineficiente. Então as escolas com bacias dentro das normas são as 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, e a única que não se aferiu adequada foi a bacia do vaso sanitário da escola 5.

Ter barras de apoio nos banheiros das escolas públicas municipais e estaduais é um sonho por que o que encontramos na realidade é um grande vácuo neste quesito, das oito escolas pesquisadas apenas três delas existem barras de apoio e nas outras cinco elas simplesmente inexistem nestes locais.

As três escolas que possuem barras de lateral e de fundo em seus banheiros são as 4, 5 e 8, uma esperança seria se estas estivessem dentro das normas de acessibilidade arquitetônica da ABNT NBR 90/50, elas possuem sim estas barras mas estas fogem as regras de aferição das normas todas se encontram com a barra lateral e a barra de fundo com largura e altura acima do permitido, pois na barra lateral o comprimento deve ter 0.80 metros, a distância do solo ate a barra 0,75 metros e o comprimento a partir da barra frontal do vaso sanitário de 0,50 metros.

Em todas as três escolas citadas acima estas medidas excedem o permitido pelas normas de acessibilidade, já nas outras cinco escolas o caso é mais grave por que estas barras de apoio de lateral e de fundo simplesmente inexistem. O caso dos banheiros é grave e muito pouco atende á necessidade dos alunos Iporaenses com deficiência física, há alguma adaptação sim e boa vontade

das escolas, mas isto não ajuda se não adequarem estes banheiros as devidas normas eles vão continuar sendo mais uma barreira arquitetônica nestas escolas.

Local das aulas de Educação Física:

Questões observadas	Adequado	Não adequado	Não se aplica
Quadra poliesportiva	3	-	5
Outros espaços destinados às aulas de Educação Física	-	8	-
Trajetos para se chegar aos espaços da Educação Física	-	8	-

Oito escolas pesquisadas neste trabalho e os resultados obtidos por ele são de suma importância para que haja mudança em suas estruturas físicas e arquitetônicas para que estas atendam a todas as pessoas que necessitam dela. Ter acesso á educação tanto no ensino fundamental quanto no médio, educação especializada ou mesmo na educação para jovens e adultos é um direito de todos os Iporenses e estas escolas como as demais dentro da cidade possuem aulas de educação física.

Essas aulas devem ser oferecidas a todas as pessoas sem distinção de nenhuma e é por isso que todos os espaços e salas de aula da educação física também foram investigados e aferidos no rigor das normas técnicas de acessibilidade arquitetônica.

Em cidades do interior de Goiás, escola que tem uma quadra poliesportiva em suas dependências para a realização das aulas de educação física é um luxo, prova esta que das oito

escola pesquisadas apenas três possuem quadra poliesportiva as escolas 1, 5, e 6 e no quesito acessibilidade arquitetônica deixam muito a desejar por suas estruturas precárias.

Na escola 1 existe duas quadras poliesportivas, mas o trabalho e preocupação vem em dobro, as duas quadras estão em péssimo estado, buracos, rachaduras, desnível, barreiras impostas pela própria arquitetura das mesmas. Em uma só é realizado o ensino do voleibol, pois esta se encontra apenas em piso grosso e possui duas travas improvisadas para uma rede, na outra quadra os demais jogos e esportes são ensinados, mas não há rampa de acesso na entrada de nenhuma das quadras e a mesma é de difícil acesso aos alunos com deficiência física bem como aos demais.

A escola 5 tem uma quadra nova esta escola é municipal e recentemente teve esta quadra construída, atende a todas as normas de acessibilidade porém, não existe rampa de acesso para dentro dela, existem degraus para que os alunos passem de dentro da escola para a quadra, dificultando o acesso dos alunos a mesma, há um espaço plano de entrada mas este se dá pelo portão onde se deve entrar da rua para dentro da quadra já de dentro da escola direto para a mesma não existe esta travessia nivelada, muito bonita por sinal mas ficaria melhor ainda com rampas de acesso de preferência que seguissem as normas de acessibilidade arquitetônicas da ABNT NBR 90/50.

Na escola 6 há uma boa quadra poliesportiva, coberta, recentemente pintada, com todo os itens necessário para o ensino dos múltiplos esportes, porém localizada longe das dependências da escola por que esta escola em particular possui um espaço interno muito extenso e a quadra foi construída longe das salas de aula e para se chegar lá, os alunos tem de percorrer um longo caminho.

As escolas 2, 3, 4, 7 e 8 não possuem quadra poliesportiva e por isso o caso delas dentro da precariedade das aulas de educação física é mais severo, as outras possuem e não são adaptadas e nestas nem esperança para adaptação às normas da ABNT NBR 90/50 existe. Quem sabe com a realização deste trabalho nessas escolas o olhar delas para a acessibilidade tenha se acendido e quando conseguirem construir suas quadras poliesportivas eles atentem para as normas de acessibilidade arquitetônica e garantam acesso a todos nestes espaços.

Em todas as escolas existem espaços alternativos destinados a realização das aulas de educação física, porém nem podemos levar em consideração as normas da ABNT NBR 90/50 de acessibilidade arquitetônica, são precários sim, mas nem por isso as escolas deixam a desejar no quesito educação físicas, os professores utilizam com criatividade estas áreas disponíveis para as aulas e fazem toda a diferença no ensino da educação física pela insistência, persistência e esperança de que um dia esta realidade mude.

O colégio 1, o espaço físico da escola é grande por que a própria escola é enorme, as aulas de educação física além da sala de aula utiliza o espaço do saguão por que este possui uma mesa de ping - pong, existe uma área gramada atrás da cantina que também é utilizada pelos professores de educação física da unidade escolar, e uma vasta área de terra usada para o ensino das múltiplas práticas esportivas por que elas são arborizadas e fazem sombra durante todo o dia facilitando a aplicação das aulas tendo em vista que os dias e tardes são muito quentes e ensolarados na cidade de Iporá - GO.

Na Escola 2, até mesmo os espaços alternativos destinado às aulas de educação física são precários, pois a mesma é uma escola EJA (educação para jovens e adultos), e os alunos deste colégio em sua maioria são adultos, pais de família, aposentados, enfim a escola é pequena e as práticas da educação física são raras nesta instituição de ensino, ela possui o corredor entre salas com uma mesa de ping - pong e um pátio que divide o espaço com as aulas de educação física e as motos dos alunos.

Vantajosa neste quesito o colégio 3, por que usufrui de muitos espaços alternativos para as aulas de educação física, este colégio é de ensino integral então várias atividades são desenvolvidas ali durante todo o dia e estes espaços são muito bem aproveitados pelos professores de educação física. Dentro das dependências da escola existe um campo de terra para o ensino dos esportes como futebol, voleibol, possui um pátio amplo que nestes existem amarelinhas desenhadas no chão, tabuleiros de dama, resta um, é muito bem aproveitado.

Existe dentro do colégio uma praça arborizada e com alguns brinquedos para alunos menores, fora as calçadas muito largas, onde vários esportes, jogos e brincadeiras podem ser realizados, mesmo sem quadra poliesportiva não deixa a desejar em nada por conta dos seus espaços alternativos e criativos para a realização das aulas de educação física, mas no quesito acessibilidade perde em muito por somente ter espaços alternativos e improvisados para a ministração das aulas.

A escola 4 apresenta um pátio largo de cimento queimado para as aulas de educação física, um espaço de terra onde há um campo de futebol e muitas árvores, uma área de terra fechada onde se encontra um parquinho improvisado com materiais reciclados, forante as salas de aula que também são muito utilizadas para as práticas da educação física principalmente em dias de chuva. Esta escola é a única escola pesquisada que possui alunos cadeirantes, uma pena que não possua quadra poliesportiva para facilitar e melhorar o acesso destes alunos às aulas de educação física.

Na escola 5 além da sala de aula e da quadra poliesportiva, existe um amplo pátio calçado, e um bom espaço coberto com tenda onde existe uma mesa de ping – pong para os alunos. A

acessibilidade nestes espaços inexistem pelo fato de serem espaços alternativos, a escola é pequena, mas muito bem equipada e organizada fisicamente para as aulas de educação física.

Fora a quadra poliesportiva a escola 6 possui um amplo espaço de terra, um saguão grande calçado, e as próprias salas de aula como espaço educativo para as aulas de educação física, espaços alternativos muito bem aproveitados pela instituição de ensino.

A escola 7 não possui quadra poliesportiva e possui apenas o pátio da escola como espaço alternativo e educativo para a realização das aulas de educação física. Exemplo de criatividade a escola possui uma grande tenda e a colocou ali, desenhou com tinta no chão uma quadra poliesportiva e os professores de educação física ministram ali as aulas e as práticas esportivas são todas realizadas neste espaço. A escola por mais que seja precária de espaço físico é muito bem equipada em material pedagógico, possui um grande tatami para ministração das aulas de ginástica que é montado debaixo desta mesma tenda onde é pintado a quadra, como este espaço é na frente da escola todos têm acesso a ele.

A referência da escola 8 é interessante pois ali neste lugar funciona um CAEE (centro de atendimento educacional especializado), que atende aos alunos da rede pública municipal e estadual, e possui em suas atividades diárias aulas de educação física, o requisito para se estudar ali é justamente ter algum tipo de deficiência, os espaços reservados às atividades físicas e as aulas de educação física não são acessíveis não existem rampas de acesso por que são improvisados no pátio da instituição, as calçadas também são utilizadas com frequência pela professor de educação física responsável.

Inexistem uma quadra poliesportiva nesta instituição por isso os esportes são ensinados de forma muito precária, não é porque esta instituição de ensino é especializada que seus alunos não conseguem acompanhar as atividades esportivas realizadas em quadra, muito pelo contrário, são alunos que superam seus medos e seus limites todos os dias e neste quesito a falta de um espaço físico adequado e acessível para as aulas de educação física se faz urgente e muito necessário.

Em todas as 8 escolas pesquisadas os trajetos para os espaços e áreas destinados às aulas de educação física são precários e não atendem as normas de acessibilidade arquitetônica existente na ABNT NBR 90/50.

Calçadas de piso grosso, caminhos de terra, espaços estreitos de passagem, grama, areia no solo, desníveis produzidas por pedregulhos, em muitos caminhos nas escolas foram encontrados pedaços de madeira, ferro pelo caminho onde os alunos trafegam das aulas de educação física para as salas de aula, são muitas as barreiras arquitetônicas que a educação física tem que transpor para que persista numa educação de qualidade dentro destas instituições de ensino.

A acessibilidade arquitetônica infelizmente não é uma prioridade nestas escolas tamanha a precariedade existente nelas, em todas as 8 escolas pesquisadas nenhuma delas seguem a risca as normas de acessibilidade arquitetônicas ditadas pela ABNT NBR 90/50, prejudicando em muito o acesso de todos os alunos também às aulas de educação física .

Resposta dos gestores aos questionários aplicados nas escolas.

Podemos observar através deste trabalho que os Gestores das escolas pesquisadas se interessam muito pelo tema acessibilidade arquitetônica na escola, e pela inclusão de pessoas com deficiência física em suas instituições de ensino, porém, muitos deles demonstraram dúvidas em relação às normas técnicas de acessibilidade arquitetônica ditadas pela ABNT NBR 90/50 na escola. O questionário aplicado nas escolas possui perguntas simples sobre a inclusão de pessoas com deficiência física na escola e são todas pessoais.

A inclusão para a Gestora da escola 1 “É aceitar, conviver e aprender com as diferenças, respeitando os limites para cada ser humano”. Acredita que sua escola esta caminhando certo para o processo de inclusão por que antes segundo ele na escola havia apenas alguns professores de apoio e agora a escola já conta com uma sala de recursos própria para atender seus alunos com deficiência o AEE (atendimento educacional especializado).

Quanto à estrutura arquitetônica da escola ele coloca que quase tudo em sua escola é necessário, rampas de acesso, corrimãos, adaptação de portas e banheiros, admite que haja falha neste quesito, e que estas falhas impedem alunos com deficiência física de estudarem ali. Em suas palavras “Uma escola bem adaptada certamente atrairá alunos com deficiência, uma vez que estes buscam sempre melhores condições para seu desenvolvimento e autonomia”

Já a mesma gestora relata que as dificuldades enfrentadas pela escola frente á inclusão de pessoas com deficiência física se dá por ser um fato recente na escola, e que inclusão ainda não conquistou todos os profissionais da comunidade escolar, mas acredita que gradativamente todos os profissionais da escola participarão ativamente deste processo satisfatoriamente.

A gestora da escola 2 apresenta a inclusão como justiça relata com suas palavras que “ Inclusão não é apenas atender pessoas com deficiência e sim respeitar as diferenças buscando uma sociedade mais justa”, acredita que sua escola seja inclusiva apenas pelo fato de atender pessoas com deficiência e alunos com idade avançada. Admite que sua escola não possui acessibilidade arquitetônica adequada para receber pessoas com deficiência física principalmente os banheiros de sua instituição de ensino.

O entrave da inclusão em sua instituição de ensino ela acredita que não seja na acessibilidade arquitetônica deixa bem claro que o problema está na concepção que os professores fazem da inclusão “Creio que o principal entrave não está na estrutura física e sim na concepção que os profissionais têm sobre a inclusão. O professor trata o aluno incluído à parte, como se ele não fosse seu aluno e sim do professor de apoio à inclusão”. A maior dificuldade com respeito à inclusão em sua escola é com relação à formação profissional dos professores, pois a mesma diz que muitas vezes estes não estão devidamente preparados para lidar com as adversidades da inclusão de pessoas com deficiência.

Para a Gestora da escola 3 a inclusão se resume em “Aceitar as diferenças, não ter aceitação de pessoas, proporcionar a inclusão, participação, aceitação em todo meio social”. Acredita que a inclusão em sua escola está nas relações sociais e pedagógicas por que no que se refere à estrutura física e arquitetônica não está adequada para este tipo de inclusão.

Humildemente admite que em sua escola não está adaptada para pessoas cadeirantes, que existem barreiras como o piso e que precisa de muitas adaptações segundo as normas de acessibilidade para então poder atender a pessoas com deficiência física na instituição de ensino onde lidera.

Acredita que com uma devida estrutura física arquitetônica adequada conseguiria atender mais estudantes, enfatiza que sua equipe escolar é preocupada com a inclusão, mas que sua escola não chama atenção destes alunos por sua estrutura física ser feia e sem adaptações, alega também que quando uma família quer matricular um filho com deficiência a primeira coisa que eles olham é a beleza da escola e não as funcionalidades da mesma.

Coloca que as dificuldades da inclusão em sua escola se dá por conta da localidade da mesma, pelo fato de que o bairro em que a escola reside fique longe do centro da Cidade de Iporá-GO acredita que este fato seja o motivo da escassez de alunos com deficiência física em sua escola além dos motivos de falta de acessibilidade arquitetônica.

A gestora da escola 4 percebe a educação inclusiva como um processo que permite a todos ter acesso à educação que este é um direito universal e possibilita o exercício da cidadania. Tem convicção de que sua escola é inclusiva coloca que “A diversidade humana é infinita e isso por si só já exige que a escola seja inclusiva”.

Na entrevista a gestora respondeu que sim, sua escola está preparada para receber pessoas com deficiência, e quanto à arquitetura adequada ela responde “A escola atende muitos alunos com deficiência, com mais adequações a escola poderia estar melhorando a qualidade do ensino oferecido”. O que mais dificulta a inclusão em sua percepção é encontrar um caminho mais eficiente

para ensinar aluno com deficiência intelectual, coloca este assunto em destaque como maior desafio enfrentado pela escola hoje, a qualidade do ensino e não a acessibilidade e arquitetura da mesma.

Pesquisar várias escolas foi bom, múltiplas opiniões geram múltiplas discussões, a Gestora da escola 5 acredita que inclusão é o acesso da pessoa com deficiência ao meio social, político, educacional entre outros. Acredita que sua escola é inclusiva “Por que no processo educacional, o projeto político pedagógico visa dar o suporte e atender os alunos inclusos” e isso é o suficiente para esta escola ser inclusiva.

Muito sincera respondeu que sua escola não possuía estrutura arquitetônica adequada, pois nela falta “Banheiro adaptado, corrimão, rampa e portas mais largas”. Admite que uma estrutura arquitetônica adequada melhoraria e muito as condições de acesso dos alunos à escola como também tranquilizaria as famílias pois estas ficariam tranquilas em saber que aquela escola esta preparada para a inclusão.

A maior dificuldade encontrada por ela na inclusão de pessoas com deficiência em sua escola é a “Localidade. A escola é periférica”. Coloca que é de difícil acesso à pessoas com deficiência física por este fato, e que possui alunos com deficiência sim, mas por que estes moram perto de onde esta localizada a escola que se fosse mais centralizada na Cidade de Iporá – GO conseguiria atender um número maior de alunos com deficiência.

A gestora da escola 6 coloca a inclusão como sendo “ Um processo que se faz necessário para todos os lugares, uma vez que as pessoas são diferentes umas das outras”, vê a inclusão na escola como sendo uma oportunidade de boa convivência entre alunos e professor, pois na mesma existe muitos alunos com deficiência e por isso acredita que a escola seja inclusiva.

Acredita que a escola em que trabalha possui uma estrutura arquitetônica adequada para atender estudantes com deficiência, por ter adaptações dentro de sua estrutura como rampas, corrimão, portas largas, e que estas adaptações são suficientes para a escola ser inclusiva. Respalda em sua resposta que se a escola tivesse melhorias na sua estrutura arquitetônica adaptadas de forma correta seria a escola mais procurada pelos pais dos alunos para que estes fizessem as matriculas de seus filhos ali.

O que mais dificulta a inclusão em sua escola segundo ela é a falta de procura por parte dos alunos com deficiência por ela “Temos alguns alunos com deficiência, porém ainda não há registro e nem procura de alunos com deficiência física, acredito que a escola esta sempre aberta à mudança e sempre tem procurado atender a toda clientela da melhor forma”.

O que se entende por inclusão foi a primeira pergunta feita a todos os gestores e a gestora da escola 7 respondeu” É inserir todos os alunos independentemente de qualquer tipo de deficiência

física ou mental, dentro da unidade escolar. É aceitar os alunos como eles são e procurar ajudá-los nas suas limitações”. Em sua opinião a escola é inclusiva pelo fato de não rejeitarem nenhum tipo de aluno, admite falhas nas estruturas arquitetônicas como nos banheiros, nas portas, a falta de uma sala de recurso, profissionais capacitados.

Acredita que com a devida estrutura arquitetônica apropriada melhoraria e muito o trabalho e o ensino oferecido ali na escola podendo receber até mais alunos com deficiência que possui hoje. A dificuldade que a inclusão enfrenta naquela escola realmente é o da estrutura apropriada por que até mesmo o prédio da escola não pertence ao governo é alugado por ele incapacitando o mesmo de agir em favor da acessibilidade arquitetônica da escola por não poder mexer em sua estrutura física.

A gestora da última escola aqui apresentada a escola 8 entende que a instituição deve propiciar um currículo que contemple as relações interpessoais entre comunidade local, família e comunidade escolar para haver a devida inclusão. “Eliminar todo e qualquer tipo de discriminação e barreiras para a plena participação dos alunos na escola, promover ações que possam propiciar aos grupos de minorias condições para que estes possam ter acesso ao conhecimento”.

Acredita que sua instituição e ensino seja inclusiva por que visa promover uma educação de qualidade, pautadas nos quatro pilares da educação, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a conhecer, apoiando as escolas comuns numa perspectiva inclusiva, não com tarefa de escolarizar mas como apoio, preparação para que as escolas de ensino regular escolarize estes alunos sem dificuldade.

“A estrutura física não corresponde às necessidades de nossa clientela”. Admitir uma falha já é um passo largo para o concerto dela, esta gestora admite que a secretaria de educação precisa ser mais severa com a construção e fiscalização dos prédios destinados à educação principalmente a educação especializada para que estes se adequem às realidades das pessoas com deficiência que é o público alvo desta instituição.

Com uma nova realidade arquitetônica a escola teria condições de receber novos alunos, que atualmente na realidade ficam na lista de espera em um papel dentro do escritório da instituição. Acredita que o maior obstáculo a ser transposto pela inclusão ali seja a garantia de atendimento a todos que precisem da instituição, pois a falta de espaço e de recursos é muito grande, que a maior dificuldade realmente é na parte de acessibilidade arquitetônica que também é na estrutura física precária, inadequada e insuficiente.

Segundo Sasaki (2006) trabalhar na perspectiva da inclusão é promover as mudanças necessárias para que todos possam usufruir o que a sociedade oferece, enquanto que trabalhar na

perspectiva da integração é oferecer serviços as pessoas com deficiência sem alterar as formas tradicionais com que estes são operacionalizados. Neste caso, a não diferenciação destas perspectivas pode influenciar no papel dos gestores frente as suas responsabilidades junto ao Estado para o cumprimento das normas de acessibilidade.

Muitos Gestores possuem uma formação que pode favorecer uma ação administrativa voltada para inclusão, o que em relação à acessibilidade arquitetônica poderia significar levantar os recursos necessários para realizar as adequações obrigatórias.

No caso dos Gestores acima há muito boa vontade, mas muitos deles não possuem iniciativas em sua administração para que o quadro da realidade enfrentada por eles mude, podemos observar em suas respostas ao questionário aplicado que muito ainda tem de ser feito enquanto acessibilidade arquitetônica em suas escolas que em muitas delas o estado é grave e alarmante, por que todas as escolas pesquisadas possuem alunos com deficiência seja física ou não.

Das escolas pesquisadas a 1 tem o número de alunos matriculados de 392 alunos sendo que 23 destes alunos tem deficiência, a escola 2 tem matriculado em sua instituição 527 alunos onde 8 possuem algum tipo de deficiência. A escola 3 possui o numero de alunos matriculados de 371 e alunos matriculados com deficiência de 30. Matriculados na escola 4 são 240 alunos e com deficiência 13. Na escola 5 o numero de alunos matriculados é de 250 sendo 4 possuidor de uma deficiência. 270 alunos matriculados na escola 6 sendo 10 alunos com deficiência. Na escola 7 há 270 alunos matriculados sendo que 02 deles tem deficiência. O número de alunos matriculados na escola 8 é de 152 alunos e todos eles possui algum tipo de deficiência.

As escolas precisam aprender a correr atrás de seus direitos por que além de não existir acessibilidade arquitetônica ainda tem um longo caminho de escassez que precisa de gestores de pulso firme para que a escola entre nos eixos e as melhorias cheguem a elas.

As oito escolas pesquisadas possuem alunos surdos, mudos, cegos, disléxicos, atendem alunos com Síndrome de Down, de Turner, Willians, Asperger, alunos Autistas, com Baixa Visão, com deficiência Múltipla, Física, Intelectual, alunos com, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade o (TDAH), enfim as escolas atendem uma infinidade de alunos com suas características e diferenças todos os dias e a inclusão para elas se faz urgente.

No modelo de escola inclusiva quem se ajusta a questão da acessibilidade na escola é a sociedade, tendo como principal valor, as diferenças. Esta atua com vistas a garantir todas as condições de acessibilidade, de participação e cidadania dentro da escola, seu foco não é somente os alunos com deficiência física, mas todos os alunos, podendo garantir assim uma educação de qualidade para todos, e todos os gestores das oito escolas parecem ter isto bem claro em suas

mentes.

Detectamos com o questionário respondido pelos gestores, vários pontos importantes onde estes admitem falhas em sua estrutura como escola inclusiva, tais como, falta de preparo profissional por parte dos professores, necessidades de recursos pedagógicos especializados, falta de infraestrutura acessível, falta de mobiliário acessível, falta de assistência e apoio do poder público, falta de investimento dos recursos escolares nas áreas inclusivas, e primordialmente falta de conhecimento sobre as leis que regem a educação inclusiva.

Não é por que as escolas pesquisadas estão localizadas no interior de Goiás que não tem que lidar com situações adversas todos os dias, tem sim e para isso precisa de conscientização da sociedade de que existem falhas nas estruturas das escolas que precisam ser corrigidas, restauradas e adaptadas para haja um bom andamento educacional destas instituições de ensino, podendo assim alcançar e atender á todos que precisam dela.

Todos aqueles que fazem parte da sociedade têm que passar por um processo de transformação, re-significação de conceitos, construção de valores, ou seja, ter um novo olhar sobre o que é a inclusão e o que ela significa de fato.

Diante do exposto e na análise dos dados deste trabalho é possível esboçar possibilidades de contribuição no sentido de remover barreiras e somar esforço, assim espero, através das políticas públicas para a construção a partir daí de escolas verdadeiramente acessíveis arquitetonicamente e inclusivas na cidade de Iporá – GO, errar por falta de conhecimento é humano, mas permanecer no erro é uma questão de escolha. O conhecimento esta ai a nossa porta dentro de nossas casas é só arregaçar as mangas e pesquisar a melhor forma de serem realizados os muitos projetos de inclusão que são tão importantes para as escolas Iporaenses.

5 CONCLUSÕES

A NBR 90/50 (2004), define a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. E define acessível como, espaço, edificações, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida

Fruto de muito esforço este trabalho de pesquisa nas escolas sobre acessibilidade arquitetônica conseguiu provar que ainda há muito que ser feito pelas escolas do Interior como as de Iporá – GO.

Ficou constatado através deste trabalho e toda pesquisa que no quesito acessibilidade de pessoas com deficiência física na escola a estrutura arquitetônica deixa muito a desejar, que a acessibilidade nestas unidades escolares é precária, inadequada, e em muitas delas inexistentes, principalmente nos espaços reservados às aulas de educação física, elas precisam urgente de mudanças adaptativas de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT NBR90/50 (2004) por que se não irão continuar pré históricas no quesito inclusão de pessoas com deficiência física pois como bem vimos adaptações fora dos padrões exigidos se tornam verdadeiras armadilhas e não adiantam nem amenizam o problema ate mesmo pode piorar o quadro pois gera evasão escolar dos alunos já presentes nestas escolas.

Por que, adaptações como as encontradas na maioria das escolas pesquisadas não supre a necessidade das pessoas com deficiência física, portanto estudar a estrutura física e arquitetônica das Escolas é de suma importância para que essa realidade mude e a haja um ganho na Educação Inclusiva.

Sim, muitas ações de adaptações e avanços na inclusão e acessibilidade arquitetônica estão sendo aplicado sim principalmente em cidades maiores, por que estas aplicações dificilmente se vêem em cidades de pequeno porte como a cidade de Iporá - GO a não ser nas poucas instituições privadas de ensino que a cidade possui. Mas será mesmo que estas instituições são acessíveis? Existem muitas outras barreiras além da arquitetônica a social é uma das maiores, fato este que se justifica a necessidade de se estudar, pesquisar e investigar a fundo o direito de todos á educação por que muita gente precisa dela e muitas vezes são impedidas de tê-la.

Tudo isso é o espelho do sistema político e econômico que somos arremetidos todos os dias. Em outras palavras, apesar da exigência e garantia legal das condições de acesso aos locais públicos, e principalmente á escola têm sido negados no momento da construção ou reforma dos prédios.

Este fato em minha opinião é um descompromisso que ocorre em todo setor público, que apesar das exigências legais, aprovam construções que não levam em consideração as necessidades das pessoas com deficiência física é por isso que se justificam as urgências de pesquisas nas instituições de ensino aqui apresentadas em se ter um olhar crítico e reflexivo para a escola por que só assim poderá ser exigido algum direito podendo até mesmo ser superado o sistema político arcaico e retrogrado Brasileiro.

Com este trabalho podemos identificar que construções ou reformas com adaptações, inadequadas, o que parece que tais adequações foram construídas apenas para o cumprimento da lei sem considerar realmente a necessidade da pessoa com deficiência nas escolas da cidade de Iporá. Existem algumas adaptações nas escolas é bem verdade como pudemos ver através dos dados levantados neste trabalho, mas estas adaptações mesmo com muito boa intenção se tornam verdadeiras armadilhas que dificultam e muito o acesso das pessoas com deficiência física na escola.

Possibilitar a acessibilidade é dever da sociedade e principalmente do governo, por isso a instituição de políticas públicas, as decisões governamentais e os programas de acessibilidade são indispensáveis para impulsionar uma nova atitude do pensar e agir acessível, por isso mesmo as escolas e seus gestores devem lutar burocraticamente por seu direito á escola inclusiva, pode demorar, mas um dia ela se beneficiará podendo então oferecer acessibilidade e educação não só á pessoas com deficiência física, mas a todos que necessitarem dela.

Na realização deste trabalho podemos perceber que a educação progride de forma lenta, e a educação inclusiva mais lenta ainda, apesar de vivermos em um mundo em constantes transformações, muitas são as dificuldades encontradas nas as escolas Iporaenses, mas existe uma expectativa de que com a realização das pesquisas deste trabalho as escolas mudem se transformem se modifiquem a favor da acessibilidade arquitetônica para que estas possam atender á todos os alunos com deficiência física da Cidade, dando a devida importância á educação inclusiva.

Finalizo este trabalho enfatizando que as adequações arquitetônicas segundo as normas da ABNT vigentes dentro da acessibilidade arquitetônica para melhoria nas escolas da Cidade de Iporá - GO fazem-se necessárias e urgentes! Fiquei abismada com os resultados obtidos, pois a acessibilidade arquitetônica é inexistente nestas escolas ate o presente momento. É bem verdade que com boa vontade e algumas adequações muita coisa se transforma e este fator foi encontrado nas oito escolas pesquisadas. Porém se o acesso a escola é negado de alguma forma á pessoas que necessitam dela como podemos falar em inclusão em um ambiente inadequado e por natureza para pessoas com deficiência física excludente?

6 REFERÊNCIAS

EDLER CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. 5ª ed. Porto alegre: Mediação, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoas com deficiência**. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo. MEMNON SENAC. 1997, p. 145 b.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC: Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.

RODRIGUES, D. A educação e a diferença. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Educação e diferença**. Porto : Editora Porto, 2001. SASSAKI, K. R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANZINI, E. J. et al.. **Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas**. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: UEL, 2003. p.185-192 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. **A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho** - Brasília/DF - 2001. Disponível em: http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-fisica-tipos-e-definicoes__12.html. Acesso em: 08/07/2013.

BITTENCOURT, L. S. et al.. **Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física**. ANAIS DO 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>. Acesso em: 04/07/2013.

BRASIL. PROJETO DE LEI (4767/98). **Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382008000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 03/07/2013.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf> Acesso em: 05/11/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 01/07/2013.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A.; **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

THOMAS, J. & NELSON, J. **Métodos de pesquisa em atividade física e saúde**. 3ª ed. São Paulo: Artmed Editora, 2002.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2002.

Constituição Federal de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 21/05/2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459> Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. **Coletânea da Legislação sobre os Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. 2. ed. revisada e atualizada. Campo Grande-MS: SETASS, 2005, p 240.

DISCHINGER, M. et al. **Acessibilidade universal nas escolas: acessibilidade na rede**

municipal de ensino de Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina e Prefeitura municipal de Florianópolis. Florianópolis: PRELO, 2004. 190 p.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e diversidade e Inclusão.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817 Acesso em: 20/10/2013.